**ODS 4: Educação de Qualidade**

**Métrica. 4.7**

Fernanda Kaory Ikegami Sato (Letras) – 10304943

Frederico Simões Strangis Cumino (Engenharia de Produção) - 10279261

Giuliana Sato Favero (Letras) – 9332786

Isabela Correa Nunes (Letras) - 10762851

Isabella Gondim Amatuzzi (Engenharia de Produção) – 4644868

Maysa Miho Ohashi (Engenharia de Produção) – 10334398

Barbara Moreira Beltrami (Engenharia de Produção) - 10334526

Thiago Yatoki Takabatake (Engenharia Mecatrônica) - 9349840

**Vitória Oliveira Maikher (Geografia) – 10272987**

**4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.**

**O que pode, e deve ser feito para desenvolver essa meta no Brasil e no horizonte 2030?**

Seguindo a linha de pensamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável projetados pela ONU à serem alcançados durante a Agenda 2030, entendemos aqui o desenvolvimento sustentável em sua realidade multidimensional, ou seja, de modo que abarque as diferentes extensões do cotidiano onde estejam presentes marcas de um déficit à um padrão digno de vida. Os pilares do desenvolvimento sustentável, passa à ser, portanto, o foco nos seres humanos e na proteção ambiental, ao passo que possamos envolver o crescimento econômico.

A métrica 4.7 passa a ser essencial para a ODS 4 – que em seu âmago almeja a educação inclusiva e equitativa de qualidade – pois pressupõe uma ação conjunta enquanto sociedade, já que busca o desdobramento da autonomia, por parte das pessoas, na construção de possiblidades de estilos de vida que abranjam a questão de sustentabilidade no seu sentido multidimensional.

O cumprimento das ODS não pode ocorrer de modo pontual pelo globo, mas sim em uma escala, integrada, globalmente, caso contrário, perde sua própria razão de existir. Faz-se necessário não apenas a ação dos Estados, mas uma ação conjunta entre outros agentes: empresas e suas responsabilidades e sociedade civil. E para além disso, essas parcerias devem ser multisetoriais, se não, corremos o risco de negligenciar aspectos fundamentais de uma vida digna e continuaremos reproduzindo a pobreza, por mais relativa que ela seja em seus respectivos espaços.

Dando agora um maior enfoque na escola nacional é de vital importância compreendermos que as desigualdades existem, simultaneamente, em diferentes escalas, logo, é essencial que enxerguemos um Brasil, no qual, ao longo do seu processo histórico – e do ponto de vista espacial – foi escopo de um desenvolvimento desigual. Para que o Brasil possa desenvolver a meta 4.7 deve-se buscar por uma equidade, entendendo as diferenças regionais – tanto no que diz respeito às questões naturais, como, e de extremo peso, às questões históricas e culturais.

Para tal, entendemos a necessidade de se descentralizar recursos à fim de promover um desenvolvimento que não seja nem centralizado e nem concentrado, ou seja, em outras palavras, é buscar desenvolver regionalmente o país atendendo às carências locais de acordo com suas especificidades. E isso pode ser realizado através de bancos públicos, principalmente àqueles estaduais e regionais, como o BNDES, o Desenvolve SP, AGN, FAPEG, etc.

Isto posto, essa mesma lógica deve-se voltar para o desenvolvimento regional quanto a educação, numa visão de reformas educacionais que levem em consideração primeiro às realidades que se encontram mais distantes da ODS 4 e segundo, reformas que adaptem o ensino às necessidades dos alunos, necessidades estas que estão intimamente ligadas aos respectivos contextos regionais.

O Brasil, precisa então, concretizar tais medidas. E para tanto, deve ser contemplado, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conteúdos que se disponham a discutir e debater essas diferenças regionais, não de modo isolado, mas concomitantemente com um entendimento do todo brasileiro, pois se trata de uma relação dialética na qual as regiões compõem o Brasil, à medida que o Brasil está presente em cada uma delas. Este caminho nos possibilitará a valorização não somente da diversidade cultural, mas da exaltação dos direitos humanos que, por conseguinte nos permite uma cultura de paz e não violência.

Em relação à captação de recursos para que seja possível o investimento constante em educação, o país poderia utilizar uma parcela determinada, por lei dos lucros do comércio, de uma de suas riquezas naturais. Pensou-se no uso de uma parcela dos lucros oriundos do petróleo, por este ser um recurso estatal, e, portanto, seria de vital importância o Estado brasileiro continuar sendo acionista majoritário da Petrobras. Também poderiam ser arrecadados recursos por meio do agronegócio, principal fonte de exportação brasileira. Contudo, por este ser um produto vendido por meio da iniciativa privada, a arrecadação seria feita por meio da taxação e tal fato poderia prejudicar o consumidor. Então, semelhante com o que acontece com a Lei Rouanet, poder-se-ia fazer em relação a ações educacionais, ou seja, através de políticas de incentivos fiscais seria possibilitado que empresas do agronegócio aplicassem uma parte do imposto de renda devido em ações educacionais.

**O que, individualmente e/ou em grupo, você pode fazer para contribuir com a implementação dessa meta?**

Como já dito anteriormente, é preciso compreender o desenvolvimento sustentável e a pobreza – essencialmente a extrema – em suas múltiplas dimensões. É nesse sentido que a métrica 4.7, da ODS 4, abarca esse entendimento. E se para além disso, se os pilares e o enfoque de tal desenvolvimento é o ser humano, a proteção ambiental e o crescimento econômico, e os agentes do alcance da Agenda 2030 não se limita ao Estado, mas sim, conjuntamente, ao setor privado e a sociedade civil, temos aqui então, neste último agente, nossa presença, tanto individual quanto em grupo, para contribuição dessa agenda.

Entendendo que somos de diferentes faculdades e cursos – geografia, letras e engenharia – e o relevante e necessário intercâmbio de áreas e conhecimentos para o alcance de todas as dimensões que comportem a pobreza, enxergamos em conjunto - com mais sensibilidade àquilo que nossas respectivas áreas poderiam tratar -  porém, encontrando as periferias desses conhecimentos para que seja possível o contato entre eles, caso contrário, ficamos restritos em nossos nichos e o diálogo com propensão ao improvável, principalmente ao inexecutável. Por essas razões entendemos os seguintes aspectos como palpáveis em nossa atuação enquanto sociedade, um ator sem o qual não se faz possível a conquista da Agente 2030.

* O papel da universidade:

Por estarmos utilizando um recurso público, no caso das universidades públicas, é interessante que participamos e nos engajamos com ações no âmbito universitário que visem projetos educacionais de alunos da rede pública, a fim de retribuir o que nos foi oferecido. Algo que, essencialmente, os laboratórios de cada departamento poderiam servir como elo desse contato.

* A importância da interdisciplinaridade e do trabalho multisetorial:

Dado que existem muitos cursos em nossa Universidade, seria interessante haver alguma ação, por exemplo, para que estudantes de diversas escolas possam visitar as diferentes faculdades e realizarem atividades para esses estudantes conhecerem as diferentes possibilidades de cursos existentes. Algo parecido com o que já ocorre, à molde do que acontece com a Semana da Geografia. Seria proveitoso, se nesse contato que ele seja uma extensão, não apenas para graduandos, mas para alunos da rede pública.

* Retribuir com o trabalho social:

Dado que usufruímos da universidade pública, um outro modo de retribuição à sociedade, seria através da nossa participação em ações e projetos voluntários. Como o caso de cursinhos populares pré-vestibular. Sendo inclusive, esta possibilidade dos cursinhos populares um ótimo espaço para o intercâmbio de áreas.

* Direitos humanos - Como profissional de letras:

O profissional de letras pode contribuir com a melhora da educação ao apresentar e trabalhar com os seus alunos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, possibilitando a eles se tornarem cidadãos que almejam e construam uma cultura de paz e não-violência.

* Igualdade de gênero

Tanto no ensino básico quanto no ensino superior há caminhos para que possamos contribuir com a igualdade de gênero. Nesse sentido, a educação sexual é algo que deva estar presente desde a educação básica, já que a sexualidade é em si, a nossa relação com o mundo.